Pontos de Interrogação
Revista de Crítica Cultural

BY-SA

ISSN: 2237-9681
Recebido: 25 set. 2025
Aprovado: 29 out. 2025
10.30620/pdi.v15n2.p207

RESENHAS

No fim da leitura, não saia desconfortável, saia desperto

Joceane Lopes Araújo
Tatiane Alves Ribeiro

Ler *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*, de Deivison Faustino e Walter Lippold, não é apenas um exercício acadêmico. É um choque de lucidez. É como se, de repente, alguém puxasse o fio invisível que liga nossos celulares, nossos cliques, nossos desejos e nossos silêncios a uma engrenagem global de dominação. E nós percebemos: não estamos apenas conectados, estamos sendo explorados em tempo real.

A obra desmonta, com rigor e sensibilidade política, a ilusão de que vivemos numa era "livre", "horizontal" e "democrática", graças às tecnologias digitais. Pelo contrário: os autores revelam que, sob a promessa de inovação e progresso, opera-se uma nova forma de colonialismo: silenciosa, sofisticada e profundamente desigual. Se antes as metrópoles ocupavam territórios com armas e navios, hoje ocupam com algoritmos, plataformas e dados. O território agora é o nosso corpo digital. Nossa memória, nossa rotina, nossos afetos, nossas buscas, nossos medos. Tudo vira matéria-prima.

O livro mostra como grandes corporações, como Google, Amazon, Meta e outras, funcionam como verdadeiros impérios contemporâneos. Elas controlam fluxos de informação, impõem padrões de consumo, organizam o trabalho precarizado e acumulam riquezas a partir da exploração invisível de milhões de pessoas conectadas, sobretudo nos países periféricos. E é aqui que a obra ganha sua força política mais contundente: o colonialismo digital não é neutro. Ele é atravessado por raça, classe, gênero e território. Ele se alimenta das desigualdades históricas deixadas pelo colonialismo clássico. O Sul Global continua fornecendo matéria-prima, agora sob a forma de dados, atenção e força de trabalho precarizada.

Os autores dialogam com pensadores como Kwame Nkrumah e atualizam o conceito de neocolonialismo para o século XXI. O que antes era dominação econômica direta, hoje é dependência tecnológica, submissão informacional e captura da subjetividade. Outro ponto impactante do livro é a discussão sobre biopolítica e controle. As plataformas não vendem apenas produtos: vendem comportamentos, modulam emoções, direcionam escolhas. Elas definem quem aparece, quem desaparece, quem tem voz, quem é silenciado. É um poder que opera no detalhe, no cotidiano, no *scroll* infinito. Ler *Colonialismo digital* é perceber que trabalhamos sem salário quando curtimos, postamos, comentamos. Que produzimos valor quando achamos que estamos apenas "passando o tempo". Que nosso lazer virou lucro. Nossa vida virou mercadoria.

Mas o livro não se limita à denúncia. Ele convoca à consciência. Convida à reflexão crítica, à construção de soberanias tecnológicas, à valorização do conhecimento local, à resistência coletiva. Mostra que ainda há brechas. Ainda há disputa. Ainda há possibilidade de outro futuro digital. Por isso essa obra é urgente. Necessária. Inadiável. Num país como o Brasil, marcado por desigualdades históricas, exclusão digital e dependência tecnológica, *Colonialismo digital* funciona como espelho e alerta. Ele nos obriga a perguntar: conectados a quê? A serviço de quem? Pagando qual preço?

Ao ler a obra, o leitor, convocado a se tornar analista, dividirá o percurso em três partes, estruturadas em uma introdução e treze capítulos. Assim, os autores estabelecem que o colonialismo digital não é apenas uma metáfora e que, ao longo da história, o sistema capitalista foi se reorganizando sem grandes rupturas, tornando-se uma expressão objetiva da apropriação do tempo de trabalho e, sobretudo, da vida humana. Ou seja, não há um velho capitalismo superado, mas uma continuidade histórica que permanece permeada por luta de classes, racismo, sexismo, dentre outras formas de dominação e opressão. É a partir daí que emerge o colonialismo digital, e sua existência se materializa na nova partilha territorial, que concentra as *big techs* no Norte Global, reservando aos países do Sul a condição de território para a mera extração de dados informacionais, atitude pensada que subsome a vida humana às lógicas extrativistas e exploratórias do superior, invasor, sobre o inferior, invadido.

Sobremaneira, não há capitalismo imaterial, assim como não é possível existir *software* sem *hardware*, já que não há mágica tecnológica. Tudo requer energia, espaço para armazenamento e, sobretudo, interesses sociais e ideologias que lhes dão fundamento e existência. Por isso, os autores propõem a categoria *racialização digital* como a atual tendência de materialização e subjetivação do racismo através da técnica, da distribuição desigual e de seu caráter destrutivo.

Os autores discutem o processo de transição da "Indústria 3.0", caracterizada pela introdução da informática e da robótica, que resultou na expulsão de trabalhadores de seus postos, até a "Indústria 4.0" e a subsequente "Indústria 5.0". Esta última, proposta no Japão e apresentada como um modelo de "estado de bem-estar digital" ou "Sociedade 5.0", busca integrar o ambiente físico ao ciberespaço para supostamente melhorar a qualidade de vida. Contudo, os autores argumentam que, apesar das aparências e das boas intenções, essa proposição não revela uma real preocupação com a vida ou com o planeta, servindo apenas para ampliar a sincronização dos tempos de trabalho e evitar o colapso da reprodução do capital. Além disso, a aplicação desse modelo é criticada por ser viável apenas como algo exclusivo de certos centros capitalistas, dependendo da negação dessas mesmas condições às periferias globais, o que se torna uma contradição em um mundo cada vez mais conectado.

No cenário atual, a racialização, atualizada pelas novas tecnologias, faz emergir o racismo algorítmico, atualização do modelo colonial de divisão social do trabalho, autodefinidor de quem deve viver e quem deve morrer. Portanto, diante dessa constatação, os autores nos convocam a buscar entender as relações, por vezes mascaradas, entre as transformações tecnológicas, a esquerda, o antirracismo e os movimentos sociais.

Faustino e Lippold buscam superar o abismo entre a formação técnica e a humanística, unindo a denúncia ao racismo e à exploração econômica e objetivando a soberania tecnológica através da criação de uma interface hacker-fanoniana. Fundamentam-se em autores como Frantz Fanon, Karl Marx, Byung-Chul Han, Tarcízio Silva, Pierre Lévy e Achille Mbembe, dentre outros; autores cujos pensamentos voltam-se à economia política clássica, ao anticolonialismo e a crítica à tecnologia contemporânea.

Na primeira parte do livro ("O dilema das redes e a atualidade do colonialismo"), se dá a apresentação de alguns conceitos fundamentais, e os autores propõem uma espécie de desarrumação conceitual dos termos *digital*, *virtual* e *real*. "Ao contrário do que se pode intuir, o virtual não é o contrário do real nem pode ser confundido com o digital" (Faustino e Lippold, 2023, p. 33). Já o contrário do virtual é o atual. Outra distinção se dá entre os termos *virtual* e *possível*, que os autores tomam de Pierre Lévy, que por sua vez define o virtual como algo aberto à criação inovadora, constituindo uma entidade que carrega e produz suas virtualidades a partir de uma problemática, enquanto *possível* é definido como algo pouco aberto à criação (o que se contrapõe ao pensamento aristotélico, que define o virtual como algo que pode vir a ser).

O texto desenvolve também uma crítica à ilusão do "tempo real", cuja percepção foi intensificada com a pandemia da Covid-19, que tornou o ciberespaço um dos mais poderosos dispositivos de subjetivação e de conversão ampliada da vida em mercadoria. Nessa dinâmica, uma parte dos usuários assume uma padronização de comportamentos e ideologias, enquanto outra se fecham em bolhas discursivas cada vez menores e hostis. Por fim, os autores reforçam que a ideia de tempo real é uma ficção que oculta a materialidade dos dados e dos meios físicos necessários ao seu tráfego.

O capítulo 1 "O mito *deus ex machina* revisitado: quem coloniza quem?" é iniciado com uma citação de Byung-Chul Han (*Sociedade do cansaço*) e abre o debate sobre a estupidez da atividade mecânica. Apesar do desempenho computacional ininterrupto apontar para uma eficiência produtiva, a máquina é pobre em interrupções, por isso se torna carente da capacidade humana de hesitar e fazer pausas.

Para exemplificar o debate, os autores citam o documentário *O dilema das redes* (2020), de Jeff Orlowski, no qual é explorada a ideia de um apocalipse cibernético, pois, apesar de as novas tecnologias suscitarem o mito de Prometeu,[1] no cenário atual elas representam uma inversão, colocando a existência humana em risco. Nesse contexto, a soberania técnica passa a ser questionada:

1. No mito clássico, o titã Prometeu rouba o fogo celeste de Zeus para entregá-lo aos seres humanos, proporcionando-lhes a oportunidade de criar a ciência, a arte (*tékhne*) e a razão (*lógos*), além da capacidade de se rebelarem contra seus próprios criadores.

se a vida humana que produz riqueza social é a mesma que a torna quantificável e descartável em um espetáculo de terror necropolítico, então quem domina quem? Faustino e Lippold argumentam que o dilema nem é sequer um dilema, mas os reflexos das contradições nas relações capitalistas de produção, ou seja, o mundo muda para intensificar as velhas formas de produção e extração de mais-valor.

No capítulo 2, intitulado "Alguns riscos desse percurso", os autores falam sobre o papel da tecnologia nas relações sociais, alertando sobre as armadilhas teóricas que dificultam a compreensão do colonialismo digital. A primeira a ser citada é o fetiche da tecnologia (uma forma análoga ao fetiche da mercadoria), tratada como neutra ou divina, a fim de se esconderem as relações sociais de exploração que a engendram. No mito da internet salvadora, por exemplo, acredita-se que democratização do acesso resolveria os problemas sociais, o que, de certa forma, ampliaria o controle popular. Por outro lado, quando a tecnologia é vista como demônio ou como um mito apocalíptico, no estilo *Matrix*, apesar da familiaridade com o cenário atual, a análise tenderia a cair numa espécie de ludismo digital,[2] colocando as máquinas por si só como ameaças. Por isso os autores criticam ambas as visões míticas. Ambas ocultam as relações sociais capitalistas.

O segundo risco é a sensibilidade em relação à alteração na composição orgânica do capital, em razão da introdução massiva de tecnologia, o que redefine o capitalismo contemporâneo. O emprego de termos como "sociedade da informação" ou "capitalismo de vigilância" criam a ilusão de ruptura, sugerem que vivemos em um sistema essencialmente novo, ignorando a teoria marxista de valor, secundarizando categorias como o mais-valor e a mercantilização da vida. Embora Marx e outros clássicos não tenham presenciado inovações como a fibra óptica e o 5G, é fundamental reconhecer que as formas de expropriação da atualidade revelam o controle e a coleta de dados como continuidade do capitalismo, e não como novidades históricas. Em suma, vivemos no velho capitalismo, que utiliza a tecnologia para intensificar e retificar

2. O termo deriva do ludismo histórico, movimento de trabalhadores ingleses, do início do século XIX, liderados simbolicamente por Ned Ludd, que quebravam máquinas industriais.

as subjetividades de forma inédita. Contudo, por ser algo em processo de estágio, permite também novas possibilidades de resistência, sendo esse o aspecto que mais interessa aos autores.

O terceiro risco são as abordagens puramente economicistas ou politicistas. Os autores criticam a combinação eurocêntrica que separa essas duas esferas e trazem à tona a negligência histórica do racismo na literatura digital, o que gerou deficiência na compreensão do capitalismo contemporâneo. Eles argumentam que não se pode entender o desenvolvimento tecnológico informacional sem equacionar a função do racismo na acumulação de capital.

Para superar esses riscos, o texto propõe um modelo dialético e a crítica da economia política integrados ao pensamento antirracista radical, a fim de embasar novas pesquisas e compreender o capitalismo do século XXI em todas as suas nuances. É nesse contexto que emerge a racialização digital, proposta como uma tendência de materialização do racismo no próprio desenvolvimento da técnica e na distribuição desigual de seu caráter destrutivo.

A segunda parte do livro ("Colonialismo digital, acumulação primitiva de dados e a psicopolítica") aprofunda a análise da materialidade e da subjetividade na era digital, revelando como o capital se apropria de dimensões anteriormente inacessíveis da vida humana. Utilizando o conceito de "fabricalização da cidade", de Terezinha Ferrari, o capítulo 6 revela como o capital se apropria do espaço urbano e do tempo livre, transformando a vida em uma extensão da fábrica, através da logística *just-in-time*. O mesmo capítulo também detalha a materialidade do colonialismo digital, citando a extração violenta de lítio, fundamental para a produção de baterias como aquelas utilizadas pela Tesla; e de coltan, minério que é a base para condensadores eletrônicos e supercondutores, cuja extração na República Democrática do Congo é um dos maiores fomentadores de guerras civis e de conflitos étnicos no país.

Sobre a questão piscopolítica, os autores alertam que, por trás da aparente eficiência das IAs (Inteligências Artificiais), existem trabalhadores que sofrem traumas ocupacionais e psíquicos ao atuarem como moderadores de conteúdo (*clickworkers*) que filtram imagens perturbadoras (tagueamento). Esses trabalhadores estão concentrados em países do Sul Global, como Índia,

Bangladesh, China e nações africanas, onde a regulação trabalhista é insipiente ou inexistente, revelando como o capitalismo contemporâneo, sob a lógica do colonialismo digital, explora tanto a subjetividade dos usuários a nível global quanto a força de trabalho precarizada da periferia.

A acumulação primitiva de dados e a nova tokenização do velho valor são discutidas no capítulo 7, no qual os autores definem a acumulação primitiva de dados como o saqueamento de informações da vida privada (incluindo o ócio e a criatividade), convertidas em ativos econômicos através de processos frequentemente violentos ou compulsórios. Eles também refutam a ideia de imaterialidade do capitalismo digital, já que a nova tokenização envolve o uso de chaves eletrônicas criptografadas e de tecnologias como as criptomoedas e os NFTs, que são formas de gerar escassez artificial para simular o valor de mercadoria equivalente ao ouro no capitalismo clássico. Os exemplos citados demonstram que em ambas as tecnologias existe a dependência de trabalho humano para que elas assumam valor. A tecnologia, apesar de parecer sofisticada, não alivia o trabalho, dá acesso a novas formas de degradação humana e serve a estratégias de morte e dominação (necropolítica) voltadas à extração.

Baseado no conceito de necropolítica, de Achille Mbembe, que descreve o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer, o capítulo 8, "*Low life*, *high-tech*, necropolítica e ciberguerra", foca no poder do Estado e das corporações ao ditar quem deve viver e quem pode morrer a partir do uso de tecnologias de guerra, ou melhor, de tecnologias que permitem reconfigurar a guerra através de drones e outras armas de combate unilateral com a exploração das populações do Sul global. Sob esta lógica da ciberguerra, a tecnologia deixa de ser uma força produtiva para se tornar uma força destrutiva, que subsome a vida humana a dados comercializáveis.

Faustino e Lippold citam diversos casos de grandes corporações transnacionais que atuam na submissão da vida ao poder da morte em razão da cumplicidade com sistemas de vigilância e com a apropriação e exploração violentas para alcançar objetivos organizacionais. Citam, por exemplo, a IBM e o uso da tecnologia de cartões perfurados (Hollerith) na execução do Holocausto nazista, que permitiu a identificação e o controle massivo das vítimas. No cenário

tecnológico atual, são citadas as *big techs* e sua atuação na cadeia de suprimentos informacionais, como na extração mineral do lítio e do coltan, bem como até seu envolvimento na terceirização da guerra, delegada a empresas militares privadas. Esse fenômeno, aliás, revela o vigilantismo operado por corporações como Google, Microsoft, Meta e outras empresas que atuam em conformidade com interesses imperialistas sobre os povos, especialmente os do Sul Global.

O capítulo 9, "Racismo algorítmico ou racialização digital?", retoma a gênese do capitalismo apresentada na primeira parte, no capítulo 3, "Capitalismo, colonialismo e racismo: o paradoxo lockeano e o universalismo diferencialista". Ambos afirmam que não há colonialismo sem racismo. No último, são apresentados os cinco pilares do racismo algorítmico teorizados por Tarcízio Silva (*looping de feedback*, humanidade diferencial, paradoxo invisibilidade/hipervisibilidade, colonialidade global e de campo) e é proposto o termo *racialização digital* para evidenciar a seletividade racial no desenho tecnológico, enfatizando que o racismo não é um *bug* no sistema, mas a determinação de quem merece ou não ter acesso às oportunidades.

> Esse aspecto é importante para o argumento aqui assumido. Se os códigos são, mesmo em sua tendente automação, padrões socialmente determinados, a expressão "racismo algorítmico" não tenderia a escamotear a autoria do racismo, transferindo-a para os códigos enquanto oculta seus programadores, estes, sim, humanos formados e informados por dadas relações de poder? (Faustino e Lippold, 2023, p. 150).

Os autores também criticam o silêncio ensurdecedor sobre o racismo na literatura dedicada ao colonialismo digital. Defendem que o racismo é a base das novas formas de exploração e dominação, o que pode ser identificado em inúmeros dados que apontam a materialidade dessa estrutura colonizadora, como no processo de reconhecimento facial. No Brasil, 90,5% das pessoas presas com base nesse sistema são negras, evidenciando que, durante o treinamento das máquinas, as imagens tendem a incorporar os vieses racistas e fazer associações racializadas.

A obra, como se verifica, dedica especial atenção ao racismo algorítmico, demonstrando como sistemas automatizados de vigilância, reconhe-

cimento facial e tomada de decisão reproduzem violências históricas contra populações racializadas. Ao articular essas práticas à noção de necropolítica, os autores evidenciam que o digital participa ativamente da gestão diferencial da vida e da morte, definindo quais corpos são protegidos e quais podem ser descartados. O espaço digital, assim, configura-se como um novo campo de conflito, no qual se intensificam práticas de controle, policiamento e exclusão.

Ao articular capitalismo, colonialismo e racismo, o capítulo 4, "O imperialismo: um velho conhecido nas colônias", também evidencia que o colonialismo digital não representa uma ruptura com o passado, mas uma reconfiguração do imperialismo em chave informacional. As grandes corporações de tecnologia assumem o papel de potências coloniais, controlando infraestruturas, extraindo dados e reorganizando territórios por meio de redes invisíveis que sustentam a economia do conhecimento. Os países latino-americanos, nesse cenário, ocupam majoritariamente a posição de fornecedores de matéria-prima digital, isto é, fornecedores de dados, atenção e trabalho precarizado, reproduzindo uma lógica neocolonial de dependência tecnológica.

A hiperconectividade psicopolítica e a deficiência de conexão são exploradas no capítulo 10, que traz a teoria psicopolítica de Byung-Chul Han, para quem o capital não mais restringe a liberdade, antes a explora, transformando o sujeito em empresário de si mesmo, uma condição de autoexploração que leva ao esgotamento, ao *burnout*, à depressão. Nessa nova dinâmica existencial, "o sujeito digitalizado é conectado a um 'pan-óptico' de si mesmo" (Han *apud* Faustino e Lippold, 2023, p. 157), no qual o ser humano assume um valor de culto, semelhante ao conceito de aura apresentado por Walter Benjamin, e ao mesmo tempo assume um valor de exposição, voltado unicamente a chamar a atenção. Isso constitui a essência perfeita de um enigmático capitalismo. "Se o cinema, analisado por Benjamin, deu acesso ao inconsciente óptico, o *big data*, analisado por Han, acessa e explora o inconsciente digital. (Faustino e Lippold, 2023, p. 158).

A análise evidencia que, por meio do *big data*, o capital penetra no inconsciente digital, modulando comportamentos, capturando a subjetividade em níveis pré-reflexivos e realizando uma espécie de triagem violenta, onde

indivíduos são categorizados como *shooting stars* (consumidores valiosos) ou *waste* (lixo descartável). Assim, o que se apresenta como inovação é, na verdade, a atualização da expropriação da vida.

Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana insere-se no campo das reflexões da atualidade que problematizam a relação entre tecnologia, poder e colonialidade, propondo uma leitura do digital como continuidade histórica dos dispositivos coloniais modernos. Ao recusar a ideia de neutralidade técnica, Deivison Faustino e Walter Lippold evidenciam que as infraestruturas digitais, plataformas, algoritmos, redes e sistemas de dados operam como mecanismos de dominação simbólica, econômica e política, atualizando formas clássicas de exploração sob a gramática da inovação, da conectividade e do universalismo tecnológico.

Inspirada na crítica fanoniana do colonialismo racial e territorial, a obra desloca essa matriz analítica para o campo do digital, compreendendo-o como espaço estratégico de produção de subjetividades e controle social. Tal deslocamento não se limita a uma transposição teórica, mas implica uma reconfiguração do lugar do discurso. Falar de colonialismo digital a partir do Sul Global e, em especial, do contexto latino-americano significa assumir um ponto de vista situado, marcado pela experiência histórica da dependência, da expropriação e da racialização dos corpos.

Um dos argumentos centrais da obra consiste na desmontagem do mito da máquina como instância objetiva e universal. Os autores demonstram que os sistemas técnicos são atravessados por decisões políticas, interesses econômicos e hierarquias raciais, o que torna os algoritmos agentes ativos na reprodução das desigualdades. A pergunta sobre quem programa, quem é programado e quem se beneficia da programação revela que o digital funciona como tecnologia de governo, capaz de ordenar fluxos, classificar corpos e definir regimes de visibilidade. Assim, o universalismo tecnológico se apresenta como um falso universal, operando por diferenciação e exclusão, ao mesmo tempo que normaliza padrões culturais eurocentrados.

A noção de acumulação primitiva de dados constitui uma das contribuições conceituais mais relevantes da obra. Ao atualizar o conceito marxiano,

os autores demonstram que a economia digital se estrutura pela captura contínua da vida cotidiana, transformando experiências, afetos e comportamentos em valor econômico. Essa dinâmica se articula a um regime psicopolítico no qual o poder opera pela indução, pela hiperconectividade e pela modulação dos desejos, produzindo sujeitos permanentemente disponíveis, monitorados e governáveis. O corpo latino-americano emerge, nesse contexto, como território sensível de exploração, submetido a formas sofisticadas de controle, que atravessam tanto o espaço material quanto o simbólico.

Na parte final ("A descolonização dos horizontes tecnológicos"), o livro oferece uma perspectiva de resistência fundamentada na ética hacker-fanoniana, entendida não como técnica isolada, mas como prática política coletiva. O hacker, nessa concepção, é um sujeito situado, comprometido com a descolonização dos saberes e das tecnologias, capaz de articular práticas insurgentes como o *software* livre, as redes comunitárias e as pedagogias digitais críticas. Em oposição à ideologia californiana, que transformou a promessa emancipatória da internet em distopia de vigilância, Faustino e Lippold defendem a construção de horizontes tecnológicos democráticos, plurais e enraizados em experiências locais.

Em síntese, *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana* constitui uma contribuição fundamental para os estudos críticos da tecnologia, ao reinscrever o debate no corpo, na história e na sensibilidade latino-americana. Ao ocupar o entre-lugar do discurso, a obra não apenas denuncia os mecanismos contemporâneos de dominação digital, mas convoca à repolitização da técnica, afirmando o corpo colonizado como produtor legítimo de saber, linguagem e futuro.

A terceira e última parte da obra aprofunda a reflexão sobre a necessidade de descolonizar os horizontes tecnológicos, deslocando o debate para o plano da subjetividade, do imaginário e da produção de mundos possíveis. É nesse momento que a filiação fanoniana se torna mais radical, pois o digital passa a ser compreendido não apenas como instrumento de dominação, mas como um dispositivo ativo de alienação colonial, responsável por reorganizar a experiência do sujeito colonizado no interior daquilo que Frantz Fanon denominou *a zona do não-ser.*

No capítulo 11, "O fardo do nerd branco e a ideologia californiana: da utopia à distopia", os autores fazem uma crítica à ideologia do Vale do Silício, que funde a contracultura *hippie* com o liberalismo *yuppie*. Ao mobilizarem a imagem do "fardo do nerd branco", explicitam a atualização contemporânea da missão civilizatória colonial. Assim como o colono, descrito por Fanon, se colocava como portador exclusivo da razão, da técnica e da humanidade plena, o tecnocrata do Vale do Silício assume a posição de mediador universal do futuro. Trata-se de um sujeito que se percebe como neutro e desracializado, mas cuja branquitude estrutura silenciosamente os códigos, as plataformas e as normas de funcionamento do digital. O livro evidencia que esse sujeito não apenas constrói tecnologias, mas define os parâmetros do humano, relegando os corpos racializados e periféricos à condição de usuários subalternos, dados exploráveis ou ameaças a serem controladas.

A ideologia californiana aparece, nesse contexto, como forma sofisticada de alienação colonial. Ao prometer liberdade, horizontalidade e autonomia individual, essa ideologia produz o que Fanon identificaria como uma falsa consciência, na qual o sujeito colonizado internaliza os valores do colonizador e passa a desejar sua linguagem, sua técnica e sua visão de mundo. A utopia da internet, fundada no mito da conectividade universal, opera como narrativa compensatória, ocultando a violência estrutural que sustenta as plataformas digitais. A passagem da utopia à distopia, longe de representar uma falha do projeto tecnológico, revela sua verdade colonial: o digital sempre foi estruturado para governar, classificar e explorar.

No capitulo 12, "Internet e redes sociais", os autores argumentam que as redes sociais funcionam como dispositivos de captura da subjetividade, aprofundando processos de alienação psíquica e política. A promessa de visibilidade converte-se em vigilância; a promessa de comunicação transforma-se em controle afetivo; a promessa de pertencimento resulta em novas formas de exclusão. Para os sujeitos racializados, essa dinâmica intensifica a experiência da desumanização, uma vez que seus corpos permanecem hipervisíveis como risco, excesso ou desvio, mas invisíveis como produtores legítimos de saber e técnica. O espaço digital, assim, reinscreve a geografia colonial no interior das redes, produzindo uma cartografia algorítmica da desigualdade.

A aproximação fanoniana se radicaliza quando a obra afirma que a descolonização dos horizontes tecnológicos não pode ser pensada como reforma gradual ou inclusão simbólica. Em consonância com Fanon, a descolonização é apresentada como ruptura, como gesto que desorganiza a ordem existente e inaugura outra gramática de mundo. Descolonizar o digital significa romper com o fetiche da tecnologia como destino inevitável e com a centralidade epistemológica do Norte Global. Significa, sobretudo, recusar a posição de objeto técnico e afirmar-se como sujeito político da técnica, propondo assim "uma interface fanoniana-hacktivista", como aparece no título do capítulo 13, que encerra o livro.

É neste ponto que a interface hacktivista assume densidade ética e política. O hacktivismo fanoniano proposto não se limita à apropriação instrumental das tecnologias, mas opera como prática de desalienação. Hackear, à luz de Fanon, é um ato de reumanização: interrompe fluxos coloniais, reprograma sentidos e reinscreve o corpo colonizado como produtor de mundo. Trata-se de um gesto que articula técnica e violência simbólica no sentido fanoniano, não como destruição gratuita, mas como força necessária para romper a ordem colonial que se apresenta como natural e inevitável.

A defesa de uma internet outra, democrática e situada, emerge, assim, como projeto político de reconstrução do sensível. Ao valorizar redes comunitárias, saberes locais e práticas coletivas de tecnologia, a obra aponta para a possibilidade de deslocar o digital da zona do não-ser e reinscrevê-lo como espaço de criação insurgente. Tal movimento exige, como em Fanon, a invenção de um novo sujeito, capaz de falar em primeira pessoa, sem pedir autorização ao centro, e de produzir tecnologia a partir de suas próprias urgências históricas.

Em síntese, a parte final do livro reafirma que o enfrentamento ao colonialismo digital é, antes de tudo, um processo de desalienação subjetiva e política. Ao aproximar radicalmente tecnologia e fanonismo, a obra demonstra que não há descolonização técnica sem descolonização do imaginário, nem hacktivismo efetivo sem a reinvenção do humano. O digital, nesse horizonte, deixa de ser promessa ou ameaça abstrata e passa a ser campo concreto de luta, no qual o corpo colonizado reivindica o direito de existir, codificar e imaginar futuros fora da gramática colonial.

Evidencia-se que a hiperconectividade contemporânea opera como um regime psicopolítico de controle, no qual a promessa de comunicação ilimitada encobre novas formas de isolamento, exaustão e captura da atenção. Nesse cenário, a conexão permanente não resulta em comunhão, mas em uma solidão distribuída em rede: sujeitos constantemente interpelados por notificações, métricas de engajamento e performances identitárias são levados a uma relação instrumental consigo mesmos e com o outro. A conectividade, longe de produzir laços emancipatórios, aprofunda a fragmentação do eu, instaurando um estado de vigilância interiorizada que transforma o sujeito em gestor de sua própria exploração afetiva e cognitiva.

Sob essa lógica, a deficiência da conexão não é técnica, mas ontológica e política. A solidão hiperconectada se manifesta como incapacidade de reconhecimento mútuo, uma vez que os algoritmos organizam o sensível a partir de hierarquias coloniais de visibilidade, valor e linguagem. O que se apresenta como liberdade de expressão é, na prática, um campo de normalização simbólica, onde corpos racializados, saberes periféricos e epistemologias dissidentes continuam a ocupar posições subalternizadas. A subjetividade colonizada, agora digitalizada, passa a desejar a validação do centro, reproduzindo afetos de dependência, ressentimento e inadequação, traços que Frantz Fanon já identificava na psicodinâmica do colonialismo clássico.

A partir de uma ótica fanoniana, o colonialismo digital pode ser lido como atualização da violência colonial no plano do sensível e do psíquico. Fanon, na leitura que Faustino e Lippold fazem dele, nos permite compreender que a dominação não se sustenta apenas pela força material, mas pela introjeção de valores, imagens e narrativas que produzem alienação. No ambiente digital, essa alienação se intensifica: o sujeito colonizado é constantemente exposto a modelos hegemônicos de sucesso, beleza, racionalidade e linguagem, enquanto suas próprias referências culturais são folclorizadas, silenciadas ou mercantilizadas. A hiperconectividade, assim, funciona como uma nova "zona do não-ser", onde a presença é constante, mas o reconhecimento é negado.

Diante disso, a descolonização dos horizontes tecnológicos exige mais do que inclusão digital ou diversidade representacional. Trata-se de um pro-

cesso radical de desalienação, que implica ruptura com os dispositivos que produzem subjetividades dóceis e dependentes. Um primeiro mecanismo possível é a recusa crítica da neutralidade tecnológica, assumindo que plataformas, algoritmos e interfaces são atravessados por interesses coloniais, raciais e geopolíticos. Nomear essa violência simbólica é condição para desativá-la.

Outro mecanismo reside na criação de práticas tecnológicas insurgentes, ancoradas em saberes locais, comunitários e contra-hegemônicos. Fanon aponta que a libertação passa pela reinvenção do mundo a partir dos condenados da terra. No campo digital, isso se traduz em redes autônomas, pedagogias tecnopolíticas críticas, hacktivismos decoloniais e estéticas digitais que rompam com a lógica da performance e da extração de dados. A tecnologia, nesse sentido, deve ser reapropriada como espaço de cura coletiva, imaginação política e reconstrução do comum.

Por fim, a descolonização dos horizontes tecnológicos demanda uma reconfiguração do próprio desejo. Fanon nos lembra de que não há libertação sem transformação subjetiva profunda. Romper com a hiperconectividade colonial implica desacelerar, reconectar corpo e território, reinstaurar o vínculo ético com o outro e produzir zonas de silêncio, escuta e presença que escapem à lógica do capital digital. Trata-se de deslocar a tecnologia do lugar de fetiche civilizatório para reinseri-la como ferramenta situada, contingente e politicamente comprometida com a emancipação.

Assim, ao analisar a hiperconectividade psicopolítica e a solidão digital, *Colonialismo digital* convoca o leitor a reconhecer que a luta anticolonial do século XXI também se trava nos códigos, nas interfaces e nos afetos, e que, à maneira fanoniana, descolonizar é sempre um gesto de ruptura, invenção e risco.

O agir contra dos povos subalternizados, no contexto do colonialismo digital, manifesta-se como uma prática contínua de reexistência, na qual tecnologia, memória e território simbólico se entrelaçam como formas de luta. Esse enfrentamento não se dá apenas por meio da denúncia, mas sobretudo pela criação de outras formas de uso, circulação e produção de saberes. Trata-se de ocupar as redes com narrativas próprias, romper com a lógica da dependência das grandes plataformas, fortalecer mídias comunitárias, coletivos di-

gitais, arquivos afetivos e pedagogias populares que ensinam a ler criticamente os códigos técnicos e ideológicos que estruturam o mundo virtual.

Ao transformar celulares em instrumentos de documentação da vida, da cultura e da resistência, e não apenas de consumo, esses sujeitos reconfiguram o lugar que lhes foi imposto, recusando a condição de dados exploráveis para se afirmarem como produtores de sentido. Esse agir contra é também estético, linguístico e espiritual: aparece na música periférica, na literatura marginal, nas artes visuais decoloniais, nas rezas transmitidas por áudio, nas *lives* de saberes ancestrais, nos *memes* politizados e nas pedagogias da quebrada. Assim, a insurgência digital dos subalternizados não busca apenas inclusão no sistema, mas também sua reprogramação a partir das margens, instaurando uma ética do comum, da partilha e da dignidade, onde existir, narrar-se e conectar-se tornam-se atos radicais de liberdade.

Referências

FAUSTINO, D.; LIPPOLD, W. *Colonialismo digital*: por uma crítica hacker-fanoniana. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.